

OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA

Eliaquim Timotéo da Cunhaⁱ
Lilian Maria Moserⁱⁱ

RESUMO. O presente artigo faz parte do primeiro ano na iniciação científica com o temário *A (RE) Construção da História em Rondônia no Processo da Colonização Recente*. Buscamos interpretar o processo de colonização no estado de Rondônia e nos apoiamos em alguns relatórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, elaborados nos anos (1970, 1974, 1980 e 1986), Trazemos aqui informações dos *projetos de incentivo a colonização* – PIC, e um pouco da realidade em que os migrantes encontravam em Rondônia nos anos 1970/1990, como: Vinda para Rondônia, Vendas e Abandonos das Terras, Abertura do Lote e a Construção do Primeiro Barraco, Habitação. Nosso trabalho engloba pesquisa documental, bibliográfica e fontes orais, faz parte das discussões as maneiras como os migrantes lidaram com as dificuldades encontradas como: as doenças, precariedade de estradas e escassez de assistências técnica ao preparo da terra e assistência médica.

Palavras-chave: Projeto de Colonização, Rondônia, Incra.

ABSTRACT. This article is part of the first year in basic scientific research agenda with a (Re) Construction of History in Rondônia in the process of colonization. We seek to interpret the process of colonization in Rondônia state, and we rely on some reports from the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA, developed in years (1970, 1974, 1980 and 1986), here we bring information from projects to encourage the settlement - PIC, and a bit of reality in which migrants were in Rondônia in the years 1970/1990, including: Coming to Rondônia, Sales and Changes of Land, Lot and Building Opening of the First Barraco, Housing. Our work includes documentary research, literature and oral sources, is part of the discussions the ways migrants coped with the difficulties such as illness, job insecurity of roads and shortage of technical assistance to prepare the land and health care.

Key-Words: Colonization Project, Rondônia, Incra.

Introdução

O presente artigo faz parte do primeiro ano na iniciação científica com o temário *A (RE) Construção da História em Rondônia no Processo da Colonização Recente*. Buscamos interpretar o processo de colonização no estado de Rondônia e nos apoiamos em alguns relatórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, elaborados nos anos (1970, 1974, 1980 e 1986), Trazemos aqui informações dos *projetos de incentivo a colonização* – PIC, e um pouco da realidade em que os migrantes encontravam em Rondônia nos anos 1970/1990, como: Vinda para Rondônia, Vendas e Abandonos das Terras, Abertura do Lote e a Construção

do Primeiro Barraco, Habitação. O trabalho engloba pesquisa documental, bibliográfica e fontes orais, faz parte das discussões as maneiras como os migrantes lidaram com as dificuldades encontradas como: as doenças, precariedade de estradas e escassez de assistências técnica ao preparo da terra e assistência médica.

A situação da ocupação

O processo histórico de ocupação da área hoje denominada estado de Rondônia remonta o período colonial, onde nos fins do século XVII se encontravam algumas missões jesuíticas e em princípios do século XVIII. Quando se descobriu ouro na região de Cuiabá, despertando a atenção dos portugueses, iniciando a penetração de bandeiras pelo vale do Guaporé. No século XVIII, a região recebeu uma leva de colonizadores em busca de suas jazias de ouro, surgindo daí os primeiros núcleos habitacionais, – do colonizador – como Pouso Alegre e Casa Redonda.

As picadas abertas por Rondon, fez com que povoadores originários de Mato Grosso, na década de 1920 e 1940 se fixassem nos aglomerados existentes Pimenta Bueno e Vilhena, originários dos postos telégrafos. O presidente Getúlio Vargas em 13 de setembro de 1943, os territórios federais, dentre eles Território de Rondônia com 243.044 km de superfície. A 17 de abril de 1945, fixou a definitiva divisão administrativa do território que ficou com os municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e nove Distritos.

Entre as transformações ocorridas na economia regional, conseqüente a queda do preço da borracha no comércio mundial, deve ser considerado ainda, certo desenvolvimento da agricultura, devido a criação de colônias agrícolas pelo governo do território, com os objetivos de evitar o êxodo rural. Assim além da colônia do IATA, em Guajará Mirim, foram criadas nas proximidades de Porto Velho: a de Candeias, também em 1948; a NIPO-BRASILEIA e a treze de setembro, em 1954; e a Paulo Leal em 1959. Entre a capital do território Porto Velho e a vila de Calama e surgiu espontaneamente a colina agrícola do BEIRADÃO.

As razões para a falência desta colonização os relatórios do INCRA destaca-se o tamanho reduzido, naquela época, do lote de 25 há., para o sistema agrícola empregado o de rotação das culturas em solos pouco férteis. Além disso, os

migrantes não dispunham de condições financeiras para aquisição de sementes, de sacaria e de caminhão que lhes garantissem a possibilidade do transporte dos seus produtos para a comercialização. De modo geral, os migrantes plantavam arroz, milho, feijão e mandioca, fabricavam farinha, com a produção desses adquiria-se por intermediários a sacaria e mesmo com poucas condições os produtos abasteciam as feiras de Porto Velho e Guajará Mirim.

Dentre as colônias existentes até o final da década de 1960, além das já citadas, havia ainda: Areia Branca, próxima à cidade de Porto Velho; a de Periquitos, entre lata e Abunã; parte da colônia japonesa treze de setembro, que se deve ressaltar a mais prospera, pois, os colonos nipônicos receberam subvenções do seu consulado em Belém; dedicaram-se a horticultura e avicultura, usavam mão de obra familiar para o plantio e colheita e assalariados para o desmatamento. Sendo o setor industrial quase inexistente no território, tornou-se a agricultura a alternativa mais viável para a absorção da maior parcela do fluxo migratório.

A implantação da rodovia Cuiabá/Porto Velho, com abertura iniciada em 1943 pelo governo recém criado do território, já em 1945 chegava a Ariquemes partindo de Porto Velho até 1960 a estrada assim permaneceu. A partir de 1968 passou a ter tráfego permanente, em virtude que em 1966 o encargo de construção foi atribuído ao 5º Batalhão de Engenharia Civil que acelerou o ritmo da obra, proporcionando trechos trafegáveis dentro do território. Somente no início da década de 1980 as obras para conclusão de todo o trecho foram reiniciadas pelo governo federal que considerou desbravadora e prioritária para a integração nacional.

A formação de novos povoamentos gerou ocupação espontânea e desorganizada de terras da UNIÃO, e de pretensas companhias de colonização particular, que sem qualquer amparo legal, começaram a vender terra, iludindo os migrantes menos esclarecidos, geraram conflitos entre novos e antigos ocupantes, exigindo, obstante a intervenção do Governo Federal através do INCRA, quando cadastrou os imóveis rurais e recadastrando-os em 1972. Essa atitude do INCRA – de regularizar a posse da terra – concorreu para intensificar ainda mais o fluxo migratório na década de 1970, resultando na implantação do primeiro projeto de colonização denominado Ouro Preto, na Vila Rondônia.

A estrutura fundiária de Rondônia no início de sua ocupação

Seguem abaixo as empresas atuantes antes das iniciativas de regularização das terras esses dados ajudam a compreender a situação fundiária de Rondônia no início de sua ocupação.

1- GUAPORÉ AGRO-INDÚSTRIA S/A – GAINSA 2.000.000,0000 ha.; localizadas em glebas esparsas pelo território. Em uma delas, a do Cabixi, foi implantado o PIC- Paulo de Assis Ribeiro; **2 -** HERDEIROS DE ROMAN CHAVEZ – Certificado expedido pela república de Pando, Bolívia, englobando área de aproximadamente 724.000,0000 ha; **3-** COLONIZADORA ITAPORANGA – Os irmãos Melhorança, lotearam e venderam a incautos, em lotes de 2.000,0000 ha.; 1.200.000.0000 ha.; de terras públicas; **4-** CONDOMÍNIO BONANZA – 300.000,0000 há.; nesta área e em parte da fazenda fortaleza, já aludida, está projetando e em breve, iniciar-se-á o assentamento de 1.000 famílias numa expansão do Projeto Ji-paraná, denominado Rolim de Moura., **5-** IRMÃOS FREITAS – Lotearam 200.000.0000 ha.; e área foi licitada e seus compradores não receberam o direito de preferência; **6-** IRIO SPIARDI – Foi registrada no INCRA como empresa de Colonização Particular tendo alienado irregularmente 100.000,0000 ha.; seu registro foi suspenso; **7-** AGRO-PECUÁRIA INDÚSTRIA E COLONIZADORA RIO CANDEIAS LTDA – 270.000,0000 ha.; Área inclusive de interesse para a expansão do Projeto Ouro Preto.; **8-** LAMINASA-LAMINADOS DA AMAZÔNIA S/A – Adquiriu aproximadamente 100.000,0000 ha., **9-** GRUPO TERRA RICA – área de 100.000,0000 ha., **10-** OSCAR MARTINEZ – 100.000,0000 ha., **11-** MADEIRAMA – 200.000,0000 ha., **12-** GRUPO ZILLO – 100.000,0000 ha., **13-** PANTOJA & IRMÃOS - Instalou um loteamento possessório e procedeu inúmeras alienações, entre elas está a Empresa FREY RONDÔNIA FLORESTAL S/A – 114.000.0000 ha. (INCRA, 1970)

A extinção da garimpagem manual bem como a abertura da BR-364 com a descoberta de terras férteis em Rondônia oportunizou a iniciativa privada a contribuir na absorção do contingente migratório e ofereceu aos trabalhadores ruralistas o acesso a propriedade o que se deu primeiramente através do loteamento rural da gleba Pirineus localizada no atual município de Ji-Paraná executado pela Calama S/A que aliada a outras colonizadoras particulares foram atraídas por incentivos governamentais objetivando incrementar o processo produtivo da agricultura

rondoniense. A colonização particular não atingiu objetivos satisfatórios e o governo toma a responsabilidade da regularização de terras.

Não obstante aos esforços enviados pela Calama S/A para solucionar a problemática que se antepuseram a realização de suas atividades, principalmente aqueles afetos a insalubridade a regularização fundiária da gleba e o intenso fluxo inicial desordenado com a população de 1.800 habitantes em 1950 saltando para 14.000 em 1970 (INCRA, 1974) resultou uma série tensão social iniciando diante disso a colonização oficial no território com a criação do *Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto* e nesse caso não poderia o INCRA aplicar o procedimento de regularização fundiária, pois esta se estenderia em imóveis cujas áreas poderiam atingir aos limites de 3.000 ha. Ao passo que a solução foi a colonização ordenada em módulo de lotes de terras e com assistência técnica aos migrantes.

Conforme levantamento realizado, apenas nos coletivos denominados Pau de Arara, entraram no território cerca de 3.150 (três mil cento e cinquenta) famílias no período de 1975 a 1977ⁱⁱⁱ. Esta corrente migratória tornou-se cada vez mais crescente originando uma verdadeira explosão demográfica circunstância que elevou o INCRA, como coordenador da política agrária a proceder a criação de vários projetos fundiários de colonização e de assentamento dirigido tendo como finalidade a solução desses problemas a ordenar as novas ocupações.

A agricultura constituiu-se o impulso principal para a maioria dos migrantes oriundos de várias regiões do Brasil, especialmente pelos descendentes de alemães, italianos, poloneses com tradição agrícola, legado de seus antepassados vindos para o Brasil na colonização do café, em meados do séc. XIX e início do séc. XX, para as regiões sudeste e sul. Além desse fator, a propaganda oficial do Governo Federal que consistia na ocupação efetiva através de Projetos de Colonização, inseridos no programa “Operação Rondônia” (IANNI, *apud* MOSER, 2006) e oficiosa através dos convites de amigos e parentes mais próximos, em que a terra era distribuída gratuitamente pelo INCRA. É importante observar como era realizada as propagandas por parte do Governo? Revistas, jornais, será que o pequeno agricultor tinha acesso a tais meios de comunicação? Todos os entrevistados tiveram contato com as notícias por meio de conversas com parentes e vizinhos, através do “boca a boca”.

Teoria e Método

Nossas fontes são relatórios, na maioria, elaborados pelo INCRA alguns com levantamento de situações sócio, físico, ambiental e econômico, com o intuito de avaliar a viabilidade para implantação de agências bancárias.

Michel de Certeau na obra *A Invenção do Cotidiano* chama a atenção para observar a construção dos documentos, quer dizer, indagar quem o elaborou, para quem foi elaborado e em que época. As interpretações das fontes devem estar em perspectivas de contextualizar a produção do documento:

... O inconveniente de todo método condição do seu sucesso é extrair os documentos de seu contexto histórico e eliminar as operações dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, de lugar e competição. É, necessário que se apaguem as práticas lingüísticas e o espaço de suas táticas, para que as práticas científicas sejam exercidas no seu campo próprio... (Certeau, 2005: p.81).

Em relação ao cotidiano como referencial teórico utilizamos Agnes Heller em *O Cotidiano e A História*, a autora discute sobre o cotidiano que não é simplesmente o vivido diariamente, não quer dizer que aconteçam as mesmas coisas todos os dias a cada momento o indivíduo se depara com acontecimentos que são únicos e que faz com que o indivíduo busque interpretações, significações e atitudes que tornam-se únicas a cada momento:

... A vida cotidiana é a vida do inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade... A vida cotidiana é, em grande medida, heterogenia; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. (Heller, 2000: p.17-18).

A obra de Leonardo Boff *Os Sacramentos da Vida e A Vida dos Sacramentos* apresenta alguns significados da matéria presente no cotidiano do indivíduo como singular. Para cada pessoa seus objetos possuem importância e sentidos próprios e sinais que contêm, exibem, rememoram, visualizam e comunicam outra realidade diferente deles, ou seja, a estima de um determinado objeto terá sentido somente a quem o tem como referência de alguma experiência:

... Toda vez que uma realidade do mundo, sem deixar o mundo, evoca uma realidade diferente dela, ela assume uma função sacramental. Deixa de ser coisa para se tornar um sinal ou um símbolo. Todo sinal é sinal de alguma coisa de algum valor para alguém... (Boff, 1984: p. 23).

No que concerne à questão do trabalho familiar encontramos relações próximas ao exposto por Francisco de Assis Costa

... A empresa familiar camponesa, diferente da empresa capitalista, não se relaciona com o trabalhador apenas como portador de uma jornada de trabalho, que se renova a cada contrato – ou deixa de existir por um ato unilateral de vontade. Aqui o trabalhador é por inteiro, seu componente e sua potência de trabalho... (Costa, 2008: p.203)

O fenômeno migratório

Os dados estatísticos a respeito deste tópico são encontrados em INCRA 1981. Entre as décadas de 1920 a 1940 entraram na região do atual estado de Rondônia migrantes originários de centro oeste, sul e sudeste através da picada aberta pelo Mal. Candido Rondon. A perda importância da borracha provocou a saída de maior contingência apurando-se no censo de 1940, uma população de 32.453 ou 9,6% relativo ao censo de 1920.

No cômputo geral os maiores contingentes migratório no decênio 1960/70 procedeu do Amazonas, do próprio território: do Mato Grosso, do Acre e do Paraná. Os deslocamentos dentro do território se devem a procura de áreas de solos melhores e mais bem servidas de transportes, com preferência para as situadas ao longo da BR-364.

Segundo os dados censitários a entrada de migrantes no período 1950/60 foi considerada de 23.156. O maior contingente procedeu da Amazônia com 12.873 migrantes entre os quais Amazonas com 8.147 nordeste com 5.693 dos quais 4.439 cearenses.

Entre as transformações ocorridas na economia regional deve ser considerado ainda certo desenvolvimento da agricultura devido a criação das colônias agrícolas pelo governo abastecimento das cidades de Porto Velho e Guajará Mirim. A implantação da rodovia Cuiabá – Porto Velho (BR - 364) com tráfego permanente a partir de 1968 e as notícias das disponibilidades de terras provocaram uma mudança nítida no fluxo migratório assim das 30.775 pessoas que entre 1960/70.

A população migrante era composta principalmente de agricultores, mas também se estabeleceram ao longo da estrada companhia de terras pertencentes a paulistas e paranaenses. Numerosas derrubadas para a formação de pastos foram

observadas em 1968 nas proximidades de Vilhena, Pimenta Bueno e Vila de Rondônia.

Colonização Particular

Foram realizadas por empresas particulares de colonização devidamente registrada no INCRA em terras particulares ou públicas submetendo a aprovação deste instituto os seus projetos de colonização para cada área, no período entre 1970 e 1980. A clientela potencial dos projetos de colonização particular é a do tipo empresarial, constituída por agricultores de média renda, com tecnologia mais avançada e possuidores de crédito bancário. (Relatório do INCRA, id. ib)

Calama em 1967/1968 surgiu a colonizadora particular Calama que inicialmente foi contestada pelo INCRA e a partir desse momento os migrantes assentados por aquela empresa se rebelaram, negando-se a pagar as terras adquiridas. Essa situação indefinida provocou a ocupação desordenada da área ocasionando sérios problemas sociais. Em 1976 o INCRA aprovou o projeto técnico apresentado pela CALAMA S/A reconhecendo-a como colonizadora particular e autorizando a execução do projeto. (Relatório do INCRA, id. ib)

O INCRA vinculado ao ministério da agricultura criado para cumprir a reforma agrária proposta na lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 “Estatutos da Terra” elaborou projetos integrados de colonização tendo implantado em 1970 o PIC Ouro Preto, no distrito da Vila de Rondônia então município de Porto Velho. Em 1972, foi criado o de Gi-Paraná, entre vila de Rondônia e Pimenta Bueno, hoje município de Cacoal. Preocupado com o êxodo do município de Guajará Mirim e com o acúmulo de colono no lata; o INCRA lançou em 1972, o Projeto Sidney Girão na altura de Ribeirão área hoje servida pela BR-425 que liga Guajará Mirim a Abunã. Prosseguindo com essa política o instituto criou em 1973 e implantou em 1974 o PIC Paulo de Assis Ribeiro ao sul do território ocupando parte dos vales do Cabixis. Escondido e Corumbiara. Em 1974 e 1976 foram lançados mais dois projetos: Burareiro e o Marechal Dutra, ambos em áreas servidas por estradas de rodagem: o primeiro perto de Ariquemes no vale do Jamari e o último abrangendo terras desse vale e de Candeias servido pela BR- 421, já implantada no território.

Essa atitude do INCRA concorreu para intensificar ainda mais o fluxo migratório da década de 1970, alterando a população cujo censo demográfico

apontou para 1980 uma densidade de 500.107 habitantes, o fluxo migratório foi o maior até então ocorrido mobilizando cerca de 389.043 pessoas. Os distritos que receberam maior fluxo migratório foram os de Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes e Vilhena.

As novas alternativas da ordenação territorial surgiram com as propriedades familiares nos projetos de colonização: as médias e grandes empresas rurais nas áreas licitadas pelo INCRA; os núcleos urbanos criados para sede e suporte dos projetos como Colorado D'Oeste no PIC Paulo de Assis Ribeiro; Ouro Preto no projeto do mesmo nome; Jaru no PIC Padre Adolpho Rohl e Cacoal onde os migrantes se localizavam provisoriamente enquanto esperavam a liberação das parcelas do PIC Ji-Paraná.

A criação dos novos municípios em 11 de outubro de 1977 pelo decreto Lei nº 6.448 traz para Rondônia uma nova estrutura político administrativa que se verificou na faixa da BR 364, a partir, sobretudo da localização dos migrantes nos diferentes projetos de colonização e núcleos urbanos.

Nas épocas de maior intensidade migratória que correspondem aos meses de julho a agosto, a entrada de migrantes é da ordem de seis mil pessoas por mês das quais cerca de quatro mil chegam de caminhão na medida em que as pessoas localizadas em áreas de explosão demográfica tomam conhecimento de que Rondônia apresentaria possibilidades de obtenção de lotes de terra pelo INCRA essa procura tende a aumentar.

Em sùmula, podemos lembrar que foram vários os fatores que levaram os migrantes a convergirem para Rondônia desde a procura do ouro até a abertura da BR-364, porém foi sem dúvida a saga migratória de 1970 que levou o migrante a fixar no território pela implantação dos projetos de colonização que ordenou a distribuição do solo e o ocupou com o assentamento de colonos os quais migraram no intuito de obter a propriedade rural e desempenharem as funções que sempre o fizeram nos Estados de origem.

As condições demográficas para transformação do território em estado estão hoje intrinsecamente condicionadas as migrações e a ocupação dos “espaços vazios” pela fixação do homem a terra, bem como os benefícios usufruídos da população agropecuária e pelas exigências carências da população em vigor.

O modelo de colonização utilizado

Apreendeu-se que para ocupar racionalmente novas fronteiras exigia-se muito mais uma atitude imediata e executiva em prol das milhares de famílias que se encaminhavam para as novas áreas do que esmerados estudos irreais com validade a curto prazo. A questão de imediato era criar novas opções para o homem do campo gerar melhor padrão de vida muito mais para si e para os seus do que estudar aprofundamento, os retornos a longo prazo para nação.

Desta forma, a metodologia de programação operacional para projetos de assentamento de agricultores esta voltada essencialmente a parte executiva de projeto e agrupa três grandes unidades de trabalho a saber: a) Organização fundiária; b) Organização agrária; c) Promoção agrária.

A Organização Fundiária

Objetiva a definição a situação do loteamento, distribuição física das parcelas e fixação dos limites do projeto e da áreas destinadas a serviços. Constitui um conjunto de elementos físico – jurídicos, indispensáveis e funcionamento como pré-requisito para o bom desenvolvimento do empreendimento. São sub unidades de trabalho a regularização fundiária e a topografia.

Os planos de loteamentos das áreas dos projetos implantados em Rondônia foram elaborados para demarcação de parcelas com modulo de 50(recentemente em projetos de assentamento rápidos); 100 (o módulo utilizado nos 05 PIC'S e no PAD Marechal Dutra) e 250 (PAD Burareiro) hectares. O critério utilizado para assentamento de colonos nestes módulos foi o nível de capacitação econômica e administrativa o que incluem a força de trabalho da família. O sistema escolhido para a disposição física dos lotes foi a espinha de peixe com lotes retangulares (os de 100 há possuem 500 metros de frente por 2.000 m de fundo geralmente) dispostos em um eixo de estrada principal (espinha dorsal) e diversas estradas vicinais de penetração cortando-a no sentido transversal. Os fatores que determinaram a viabilidade de se efetuar este tipo de topografia foi o estudo das ocupações existentes na área assim como o relevo os rios e as alagações e a fertiidade dos solos principalmente. Vale salientar ainda que para se efetuar este tipo de demarcação dos lotes rurais foi levado em conta o aproveitamento das estradas e a

distâncias (não mais que 500 metros) das casas de um colono para outro otimizando assim os custos destes serviços topográficos com os benefícios sociais das famílias e a necessidade de executá-los a curto prazo.

A *organização agrária* objetiva a mobilização e a organização dos recursos comunitários; constitui um conjunto de elementos sócio institucionais que se agrupam em duas sub unidades de trabalho chamadas organização social e a infra-estrutura social.

A *promoção agrária* objetiva a organização das unidades agrícolas e a promoção de adequado sistemas de estímulo e distribuição da produção. Constitui-se a um conjunto de elementos agro-econômicos agrupando duas sub unidades de trabalho quais sejam o uso da terra e a economia da terra.

Projetos e colonização e projetos fundiários

Para dar cumprimento ao que previa o referido decreto o então instituto brasileiro de reforma agrária (IBRA) realizou estudos para a implantação de projetos de colonização ao longo das rodovias: Cuiabá, Porto Velho e Abunã Guajará-Mirim.

O primeiro estudo já recomendava a elaboração de um plano racional de ocupação que obedeça as condições ecológicas apropriadas da região. Assim as diretrizes contidas no decreto nº 63.104/68, não só levaram a implantação dos dois citados projetos como até certo ponto condicionaram grande parte da atuação do INCRA no território levando – o a se concentrar na área de influência da BR-364, indicada como prioritária para ocupação desde 1968 quando a corrente migratória começava a se dirigir para Rondônia, facilitada pela abertura ao tráfego da rodovia Cuiabá-Porto Velho, no início a década de 1960.

Esse fato somado ao fechamento dos garimpos em 1971 e ao abandono dos seringueiros em virtude dos melhores horizontes de trabalho que se abriam para os seringueiros com a construção da BR364 e a possibilidade de se tornarem proprietários de uma parcela nos projetos de colonização do INCRA provocou uma invasão desordenada de terras. Esta população afluyente se constitui de:

a) Um grande contingente de agricultores sem terra oriundos em sua maior parte do centro sul do país; **b)** Um pequeno grupo de capitalistas do sul interessados em adquirir terras no território de Rondônia; **c)** Certo número de pessoas que se

localizam nos núcleos populacionais existentes com a finalidade de se dedicar a atividades urbanas sobretudo ao comércio.

Os projetos

O Território Federal de Rondônia, ex-Guaporé, criado pelo decreto nº 5.812, de 13.09.43, foi formado pelas áreas desmembradas dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Essas duas unidades federais até o dia 13 de setembro de 1943 e o Serviço de Patrimônio da União (SPU), diretamente ou através do Governo do Território de Rondônia até a promulgação do Estatuto da Terra – lei nº 4.504, de 30.11.64, foram os órgãos responsáveis pelas concessões de terras no território de Rondônia. Existiam divergências de limites daqueles estados, mesmo assim Mato Grosso e Amazonas expediam títulos provisórios e definitivos a favor de terceiros, ficando áreas inseridas entre si. (Relatório do INCRA, 1981).

Segundo as informações contidas nos relatórios da Assessoria técnica SEAC/GTR, (01/1974), a questão de terras no início do século XX não despertava maiores interesses. Durante todo esse período a única atividade de caráter econômico foi a do extrativismo vegetal, borracha e castanha. A partir do ano de 1943, com a criação de Território Federal do Guaporé, iniciou-se a ocupação efetiva com a vinda de novos migrantes nordestinos.

Com o crescimento populacional o Governo do Território criou as colônias agrícolas com o objetivo de evitar o êxodo rural. Os dados que diz respeito às colônias agrícolas são: A colônia do *lata*, em Guajará-Mirim; também foram criadas nas proximidades de Porto Velho: a de *Candeias*, em 1948; a *Nipo-brasileira* e a *Treze de Setembro*, em 1954; e a *Paulo Leal* em 1959 entre a capital do Território: Porto Velho. (MOSER, 2006)

Os projetos com as colônias agrícolas não atingiram seus objetivos conforme os relatórios do INCRA (1981). Seu tamanho correspondia ao tamanho do lote de 25 ha.; para o sistema agrícola empregado era considerado pequeno; levando em conta a rotação das culturas em solos pouco férteis. Além disso, os migrantes não dispunham de condições financeiras para aquisição de sementes, nem de transporte o que lhes garantissem a liberdade de comercialização. De modo geral, os migrantes plantavam arroz, milho, feijão e mandioca para a fabricação de farinha,

com a produção desses adquirida por intermediários que forneciam a sacaria e era vendida nas feiras de Porto Velho e Guajará-Mirim.

O processo de distribuição de terras, programa de iniciativa do Governo Federal, não foi somente um complemento de civilização. Com objetivo básico visava assegurar a correção das atividades existentes na composição fundiária do país, a modificação e aumento da produtividade agrícola, condição de mais fácil acesso à terra das famílias e dos pequenos produtores rurais, elevação da renda, preservação e revitalização das áreas e o engajamento do homem sem terras ao processo de desenvolvimento brasileiro. Mas nem todos os objetivos foram alcançados, a grande maioria nem saiu do papel.

Fica expresso nos relatórios do INCRA (1981), os objetivos e as práticas empregado nos modelos de colonização, eram voltadas para resolver, preparar a terra para ser ocupada, o mais rápido possível e muitas vezes não havia certezas dos impactos sociais e ambientais que tais medidas podiam causar. Com as essas experiências aprendeu-se que para ocupar racionalmente novas fronteiras exigia-se muito mais que uma atitude imediata. A questão de imediato consistia, nos discursos governamentais, em criar novas opções para o homem do campo, gerar melhor padrão de vida muito mais para si e para os seus. Na maioria dos casos o padrão prometido pelas políticas governamentais ao migrante não melhorou; ele com sua família teve que abrir picadas, estradas e fazer as derrubadas para o preparo da terra e plantar. Ações estas, prometidas pelo governo, porém não cumpridas.

Os métodos de programação operacional conforme o Relatório do INCRA (1981) utilizados nos projetos de assentamento de agricultores estavam voltados essencialmente às organizações fundiárias, que objetivavam a definição a situação do loteamento, distribuição física das parcelas e fixação dos limites do projeto e das áreas destinadas a serviços. Constitui um conjunto de elementos físico – jurídicos, indispensáveis e funcionamento como pré – requisito para o bom desenvolvimento do empreendimento. São subunidades de trabalho a regularização fundiária e a *topografia*.

Os planos de loteamentos das áreas dos projetos implantados em Rondônia foram elaborados para demarcação de parcelas com módulos de 50 hectares (em projetos de assentamento rápidos); 100 hectares (o módulo utilizado nos cinco PIC's e no PAD Marechal Dutra) e 250 hectares (PAD BURAREIRO). O critério utilizado

para assentamento dos migrantes nestes módulos foi o nível de capacitação econômica e administrativa o que incluem a força de trabalho da família. O sistema escolhido para a disposição física dos lotes foi à espinha de peixe com lotes retangulares (os de 100 ha.; possuem 500 metros de frente por 2.000 metros de fundo geralmente) dispostos em um eixo de estrada principal (espinha dorsal) e diversas estradas vicinais de penetração cortando-a no sentido transversal. (Relatório, 1984)

Em relação aos problemas de irregular detenção de Terras Públicas em 1974 a situação era uma e em função da atuação do órgão, INCRA, na área. Naquela oportunidade o levantamento procedido acusou que em números aproximados 6.230.000,0000 ha.; sendo detidos por quem não implementava as condições legais de regularização.

Projetos Fundiários

Alto Madeira; Corumbiara; Guajará Mirim; Jarú – Ouro Preto; PIC – Projetos Integrados de Colonização. Projetos nos quais o INCRA assume responsabilidade de implantação da organização territorial, da infra-estrutura, de administração; realiza o assentamento e titula os beneficiários, promove a assistência técnica, o ensino, a saúde e a previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização.

Projetos de Colonização

Conforme consta nos relatórios, do INCRA (1974, 1981 e 1984), para dar cumprimento ao que previa o referido decreto o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) realizou estudos para a implantação de projetos de colonização ao longo das rodovias: Cuiabá - Porto Velho e Abunã - Guajará-Mirim.

O primeiro estudo já recomendava a elaboração de um plano racional de ocupação que obedecesse às condições ecológicas apropriadas da região. Mas na prática não se realizava as recomendações dos estudos, uma das respostas encontradas a esta questão é a falta de profissionais qualificados contratados pelo INCRA.

Esse fato somado ao fechamento dos garimpos em 1971 e ao abandono dos seringueiros em virtude dos melhores horizontes de trabalho que abriam com a

construção da BR-364 e a possibilidade de se tornarem proprietários de uma parcela nos projetos de colonização do INCRA provocou uma invasão desordenada de terras. Esta população afluyente se constituía de: grande contingente de agricultores sem terra, oriundos em sua maior parte do centro sul do país um pequeno grupo de capitalistas do sul interessados em adquirir terras no Território de Rondônia; certo número de pessoas que se localizam nos núcleos populacionais existentes com a finalidade de se dedicar às atividades urbanas, sobretudo ao comércio.

Projeto Integrado de Colonização - PIC

Projetos nos quais o INCRA assume responsabilidade de implantação da organização territorial, da infra-estrutura, de administração, realização de assentamentos e titularização dos beneficiários, promover a assistência técnica, o ensino, a saúde e a previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização. No decorrer deste relatório veremos as circunstâncias dos motivos do que foi e do que não foi realizado.

Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto criado em 19 de junho de 1970, na área prioritária para colonização desapropriada pelo decreto Lei nº 63.104 de 15 / 08 / 1968 e posteriormente considerada indispensável a segurança para o desenvolvimento nacional, pelo decreto lei 1.164 de 01/04/1971, teve sua efetiva implantação em janeiro de 1971 com o assentamento das primeiras famílias. A expedição da primeira A. O. (Autorização de Ocupação), se deu em 04/04/1973. E o primeiro T. D. (Título Definitivo) em 22/08/1975. O projeto é composto por cinco setores designados por POP: 1, 2, 3, 4, 5, 6: localizado no município de Ji-Paraná a 320 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364. Em 07 de abril de 1971 a CEPLAC^{iv}, passou a atuar na área para implantação da cultura cacaueteira e em janeiro de 1975, a ASTER^v e CIBRAZEM^{vi}, passaram a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares. A partir de 1972 a SUDHEVEA^{vii}, também se instalou na área e para promover o desenvolvimento do sistema cooperativista, em 18/03/1972 foi criada a cooperativa integral de reforma agrária – CIRA/PICOP.

Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná criado em 16.06.1972, foi implantado efetivamente em julho de 1972, na área considerada indispensável a segurança para o desenvolvimento nacional pelo decreto lei 1164 de 01/04/1971 a qual foi transcrita em nome do INCRA no registro de imóveis da comarca de Porto

Velho, sob o nº 1.062, na mesma data. Teve suas primeiras famílias assentadas em 1973, e a expedição da primeira A. O em 18.12.1974. O projeto é composto por cinco setores; Ji-Paraná; Abaitará; Rolim De Moura; Prosperidade E Tatu, com localização nos municípios de Cacoal e Pimenta Bueno a 460 km de Porto Velho, tendo como via de acesso a BR-364. A partir de 1975 outros órgãos passaram a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares entre eles: ASTER, CEPLAC, SEAC e CIBRAZEM, sendo ASTER e CEPLAC em 1975, SEAC em 1977 e CIBRAZEM em 76/77 com instalação de três armazéns sendo um estrutural e dois metálicos com capacidade de armazenagem para 165.000 sacas.

Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro criado em 04.10.1973, teve sua efetiva implantação em 21 de agosto de 1974. Na área que constitui parte da Gleba Guaporé, arrecadada pelo artigo 28 da lei 6.383/76 matriculada em nome da União, no cartório de registro de Guajará-Mirim, sob o nº 20/77 em 07/12/77, com as primeiras famílias assentadas em 1974. A expedição da primeira A. O se deu em 18/12/1974, e o primeiro T. D em 25/12/1978. O projeto está localizado no município de Vilhena a 790 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364 e RO/399 a 100 km da cidade de Vilhena. (Relatório do INCRA, 1984). Em 01/10/1977, a CIBRAZEM foi instalada na área com a construção de um armazém tipo estrutural com capacidade de armazenagem para 40.000 sacas e em 1978 a ASTER passou a ter participação efetiva no desenvolvimento.

Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl criado em 20.11.75, foi desmembrado do PIC Ouro Preto, inicialmente constituía-se em um setor do PIC Ouro Preto, cuja efetiva implantação se deu em 07/07/1971 e suas primeiras famílias foram assentadas em 1973. A expedição da primeira A.O (Autorização de Ocupação) se deu em 26.06.1978, e o primeiro T. D. em 19.12.1975. O projeto está localizado nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná, cuja sede administrativa encontra-se a 280 km de Porto Velho, tem como via de acesso a BR-364. Em 1974 a CEPLAC passou a atuar na área para implantação da lavoura cacaueteira, e a ASTER em janeiro de 1975 começou a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares e a CIBRAZEM em 05.11.1977 instalou-se na área com a construção de um armazém com capacidade de armazenagem para 75.000 sacas. (Relatório do INCRA, id. ib).

Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão criado em 13 de agosto de 1971, com a implantação efetiva em abril de 1972, na área matriculada em nome da União, sob o nº 31, no cartório de registro de imóveis de Guajará Mirim, no ano de 1978. Em 1972 foram assentadas as primeiras famílias com a expedição da primeira A.O em 1973. O projeto localiza-se as margens da BR-425, Abunã – Guajará Mirim, na faixa de fronteira com a República da Bolívia, entre os parques indígenas Lages e Ribeirão. Em janeiro de 1975 a ASTER passou a atuar na área e a CIBRAZEM em 21.08.77 instalou-se com a construção de um armazém com capacidade de armazenamento para 40.000 sacas. (Relatório do INCRA, id. ib)

Projeto de Assentamento Dirigido – PAD

Projetos nos quais o INCRA assumiu responsabilidades de organização territorial implantação da infra estrutura, selecionou e assentou os beneficiários o parceleiro desses projetos, deve ser mais especializado que um trabalhador sem terra; precisa ter um mínimo de conhecimento agrícola e ao mesmo tempo, algum recurso financeiro e experiência quanto a obtenção de crédito bancário. (Relatório do INCRA, id. ib)

Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra com área considerada de interesse social para fins de desapropriação pelo Dec. Nº 75.281 de 23 janeiro de 1975 foi instalado em julho/agosto de 1975, e homologado a criação pela resolução nº 131 de 06.09.1978, com suas primeiras famílias assentadas em 1975. A expedição da primeira A. O foi realizada em 05.04.1976, e o primeiro T. D. em 12.07.1976. O projeto está localizado no município de Ariquemes a 200 km de Porto Velho com via de acesso pela BR-364, 421 e RO-01. Em 1976 a ASTER passou a atuar na área e em 11.07.79, instalou-se a CIBRAZEM com a construção de um armazém metálico com capacidade de armazenamento para 75.000 sacas, servindo a este projeto e ao PAD BURAREIRO. (Relatório do INCRA, id. ib)

Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro criado em 21.01.1974 foi implantado na área considerada de interesse social pelo decreto 75.281 de 23.01.1975 e sua efetiva implantação se deu em dezembro de 1975 com assentamento das primeiras famílias. A expedição da primeira A. O foi realizada em 07.06.1976, e o primeiro T. D. em 12.07.1976. O projeto esta localizado no município de Ariquemes a 200 km de Porto Velho com via e acesso pela BR-364, 421 E RO-

01. Em 30.03.1977 a CEPLAC instalou-se na área de implantação da lavoura cacauera e ainda em 77 o IBC em convênio com a Secretaria de Agricultura do Território implantou o cultivo do café Conilon (cóffea canéphora). (Relatório do INCRA, id. ib)

Projetos Fundiários

No território de Rondônia onde anteriormente existia o Projeto Fundiário de Rondônia que dado a imensa extensão da área de sua jurisdição e motivado pelos inúmeros problemas existentes, tornou-se necessário a sua extinção com a criação dos projetos fundiários Jaru/Ouro Preto, Guajará Mirim, Alto Madeira e Corumbiara. (Relatório do INCRA, id. ib).

Projeto Fundiário Alto Madeira criado em 22.09.1975 sua área de jurisdição e sede administrativa localizam-se no município e cidade de Porto Velho, é integrado pelas unidades fundiárias de Abunã e Rio Preto. Dentro de sua área estão localizados os Parques Indígenas: Karitianas; Kaxarari; e parte do PAD Marechal Dutra. A expedição da primeira L. O se deu em 17.05.1976 e o primeiro T. D em 27.11.1978. Antes de sua criação era uma unidade fundiária pertencentes ao Projeto Fundiário de Rondônia. (Relatório do INCRA, id. ib)

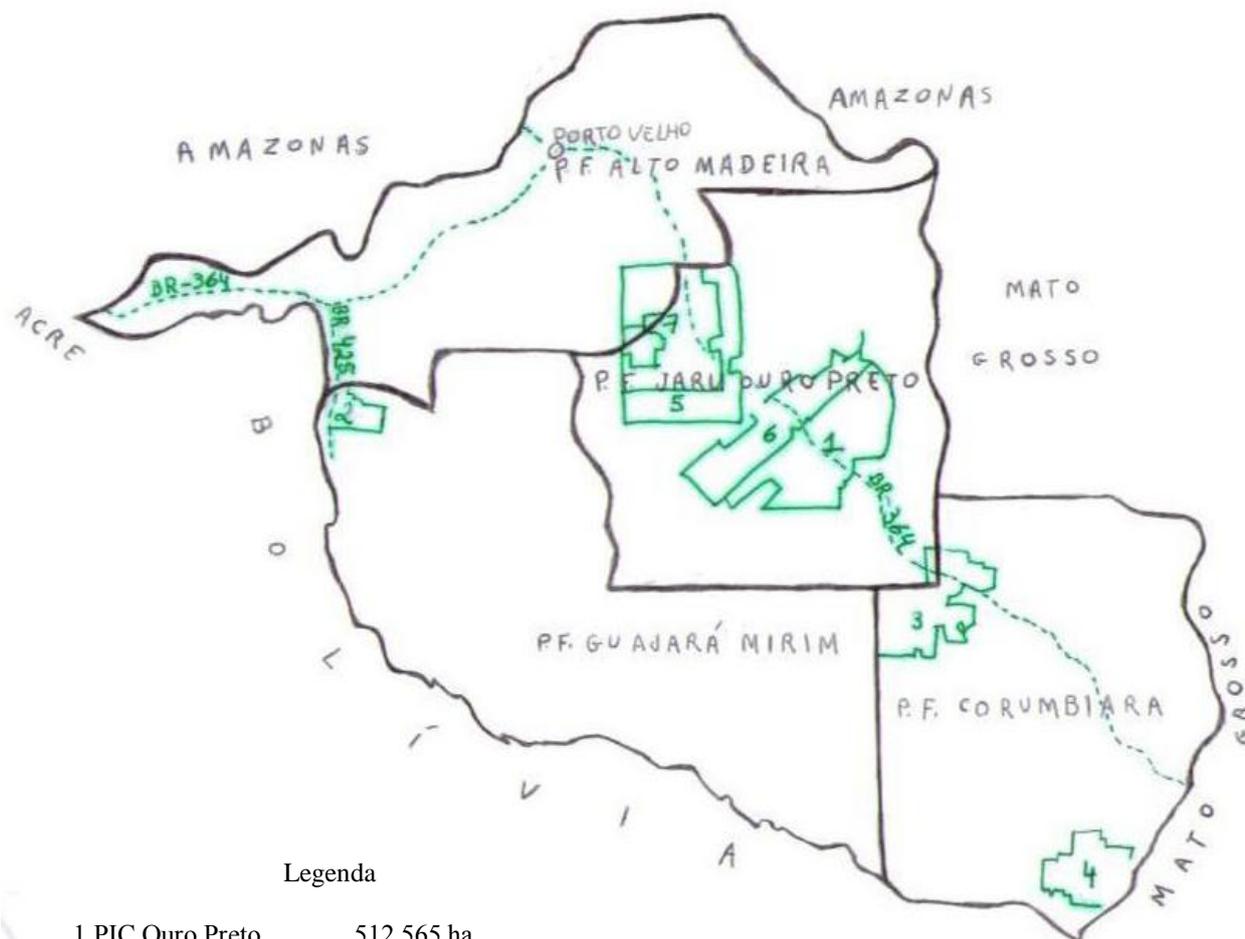
Projeto Fundiário Corumbiara criado em 22.09.1975 abrangendo os municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal e Guajará Mirim. Sua sede administrativa se localiza na cidade de Pimenta Bueno com via de acesso pela BR-364 a 490 km de Porto Velho. É integrado pelas unidades fundiárias de Vilhena e Roosevelt. Dentro de sua área estão localizados os PIC's Paulo de Assis Ribeiro e Ji-Paraná, parte da reserva florestal Pedras Negras; os parques indígenas Sete de Setembro, Roosevelt e Aripuanã a primeira L. O foi realizada em 17.05.1976 e o primeiro T. D também. Antes de sua criação era uma unidade fundiária pertencente ao Projeto Fundiário de Rondônia. (Relatório do INCRA, id. ib)

Projeto Fundiário Guajará-Mirim criado em 22.09.1975 com área de jurisdição e sede administrativa no município e cidade de Guajará Mirim a 340 km de Porto Velho com via de acesso pela BR-425 dentro de sua área estão localizados os Parques indígenas Guaporé, Lages, Ribeirão, Rio Negro, Ocaia e Pacaás Novas; reservas florestal de Pedras Negras e o PIC Sidney Girão. A expedição da primeira L.O foi realizada em 01 de novembro de 1976 e o primeiro T.D em 10.05.1975.

Antes de sua criação era uma unidade fundiária pertencente ao Projeto Fundiário de Rondônia. (Relatório do INCRA, id. ib)

Projeto Fundiário Jarú Ouro Preto criado em 22.09.1975 com área de jurisdição abrangendo os municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Guajará Mirim, Porto Velho e Ariquemes. Sua sede administrativa localizada na cidade de Ji-Paraná a 362 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR 364 dentro da área do projeto estão localizados os PAD's Mal. Dutra e Burareiro; os PIC's Ouro Preto e Padre Adolpho Rohl e parque indígena Lourdes; reserva biológica do Jarú e um loteamento meio rural de propriedade de CALAMA/S.A na gleba Pirineus. (Relatório do INCRA, id. ib)

Território Federal de Rondônia Projetos integrados de colonização e fundiários^{viii}



Legenda

1. PIC Ouro Preto 512.565 ha.
2. PIC Sidney Girão.....60.000 ha.
3. PIC Ji-Paraná.....486.137 ha
4. PIC Paulo Ribeiro..... 293.580 ha.
5. PAD Burareiro..... 304.925 ha.
6. PIC Pe. Adolfo Rohl..... 413.552 ha.
7. PAD Marechal Dutra..... 494.601 ha.

Total: 2.665.380 ha.

Escala 14.000000

Origem INCRA/CETR

A função do INCRA na Colonização

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA foi criado através do decreto lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970 como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, passando desde então a ser o órgão federal executor, por excelência tanto da política de desenvolvimento como a reforma agrária do país.

Entre 1968 e 1970, com a conclusão da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, Rondônia despertava como o novo eldorado brasileiro de várias regiões do país colocavam-se em marcha peregrina em caminhões e ônibus na estrada de terra, barro e poeira vermelho.

Nos dados contidos nos relatórios já não havia mais condições de receber novos migrantes devido a grande intensidade de migrantes que chegavam a procura de lotes rurais. Por isto foram criados posteriormente mais 04 Projetos Integrados de Colonização PIC's assim como 02 Projetos de Assentamento Dirigidos PAD's e 04 Projetos Fundiários PF's que cobriram integralmente os 24.294.400.0000ha.; pertencentes a extensão geográfica de Rondônia.

Um dos resultados, com a criação desses projetos de colonização, surgiram novas cidades e vilas como os vilarejos de garimpo e extrativismo já existentes passaram a crescer assustadoramente o que equivale citar o povoado de Vila Nova no PIC Sidney Girão, a cidade de Ariquemes. No PAD Burareiro e PAD Marechal Dutra, Jaru no PIC Padre Adolpho Rohl, Ouro Preto e Ji-Paraná no PICOP, Cacoal, Rolim de Moura, Santa Luzia no PIC Ji-Paraná, colorado D' oeste e cerejeiras no PIC Padre Assis Ribeiro. Nos projetos fundiários fortaleceram as cidades de Pimenta Bueno, Vilhena, Espigão D' oeste. No PF Corumbiara e sentiu-se um impulso nos distritos de Costa Marques e Pedras Negras com a criação do PF Guajará-Mirim. (Relatório do INCRA, id. ib)

Com o aparecimento destas novas cidades provocadas pelas iniciativas da colonização foram abertos toda uma malha viária de estradas territoriais e municipais influenciando em todos os sete municípios existentes em Rondônia.

As novas alternativas da ordenação territorial surgiram com as propriedades familiares nos projetos de colonização: as médias e grandes empresas rurais nas áreas licitadas pelo INCRA; os núcleos urbanos criados para sede e suporte dos projetos como Colorado D'Oeste no PIC Paulo de Assis Ribeiro; Ouro Preto no

projeto do mesmo nome; Jarú no PIC Padre Adolpho Rohl e Cacoal onde os migrantes se localizavam provisoriamente enquanto esperavam a liberação das parcelas do PIC Ji-Paraná.

Algumas das conclusões encontradas nos relatórios os fatores que levaram os migrantes a convergirem para Rondônia desde a procura do ouro até a abertura da BR-364, porém foi sem dúvida a saga migratória de 1970 que levou o migrante a fixar no Território pela implantação dos Projetos de Colonização que ordenou a distribuição do solo e o ocupou com o assentamento de migrantes os quais migraram no intuito de obter a propriedade rural e desempenharem as funções que sempre o fizeram nos estados de origem.

Um ponto não encontrado nas narrativas que constam nos documentos são as causas das transferências vendas e ou abandonos de parcelas os responsáveis pela elaboração dos relatórios apontam para.

A maioria das parcelas destinadas nos Projetos de Colonização e assentamentos em face a grande dimensão territorial dos mesmos, estavam localizadas distantes não só da sede administrativa dos Projetos como da sede dos municípios, de acesso difícil, dificultando em parte o deslocamento e execução das atividades técnicas, sobre tudo no período invernosos onde grande parte das estradas vicinais tornam-se praticamente intransitáveis. Um significativo número de parcelas, na verdade, não possuem nem sequer estradas vicinais, carreadouros, picadas, o que fatalmente impossibilita o parceleiro de melhorar, beneficiar ou mesmo aplicar melhores investimentos na propriedade, inviabilizando o agricultor de ecoar e comercializar a sua fração de produção no mercado, além disto, não dispõe de uma estrutura de comercialização que lhe assegure a colocação do produto a melhores preços. Como conseqüência, via de regra, vê-se obrigado a vender sua produção a intermediários aventureiros e a preços envilecidos.

Esses pequenos produtores tinham boa parte da produção para consumo próprio, comercializando o excedente. Embora o volume excedente comercializável de cada um seja relativamente pequeno, entretanto, quando somados influem de maneira significativa na oferta global de alimentos.

Outras características somadas as de cima são:

A família é a célula de produção, consumindo boa parte dos produtos; A produção é orientada para o serviço da família, sendo a fração pouco

comercializável; A produção cresce proporcional ao número de membros do conjunto familiar; Predomina a utilização de instrumentos e técnicas rudimentares.

O migrante, decorrente do baixo nível de escolaridade, falta de condições financeiras, e às mudanças radicais, das relações sociais com as viagens, passa a ser dono da terra, diante de uma realidade que nunca tinha se deparado antes, tornando-se difícil para ele exercer as funções econômicas básicas que são as de proprietário, administrador e trabalhador, sente-se inseguro, levando muitas vezes a desistir de sua parcela.

Vendas e Abandonos das Terras

Encontramos em um dos relatórios do INCRA que buscaram caracterizar as causas das transferências, vendas e ou abandonos das terras:

- A deficiência infra-estrutura interna (acesso, habitação, eletrificação rural) constata na maioria das parcelas dos imóveis destinados sobretudo nas áreas de atuação, principalmente dos PIC`s e PAD`s, tem como conseqüência as freqüentes desistências de migrantes.
- Na fase de parcelamento, algumas parcelas não ficaram beneficiadas de infra-estrutura mínima, como conseqüências não atenderam os índices de produção e rentabilidade que o migrante poderia alcançar.
- A falta de serviços de educação, saúde, lazer, comunicação, transporte, armazenamento e nutrição, refletiram sobremaneira na permanência do migrante em sua terra.
- A questão de pouca assistência medica foi determinante para identificar a venda e abandono de parcelas nos Projetos de Assentamentos.

Esses são alguns aspectos da pouca assistência dada aos migrantes, mesmo com pouca ajuda muito deles construíram com recursos próprio suas propriedades.

Habitação

O tipo de habitação dos migrantes ao chegarem na sua parcela constroem uma moradia provisória também conhecida por Tapiri com cobertura de madeira (tabuína) ou palha e piso de chão batido.

... Com o dinheiro dava até para nós comprarmos um sítio lá na BR, nós não precisávamos ter vindo pra cá se enfiar aqui meu sentimento é esse, nós gastamos todo o dinheiro com o povo lá na linha 20 e acabou rapidinho e não compramos nada, e não tínhamos nem a casa, fiz casa depois de cinco anos de estar aqui ficamos morando em barraco durante esses cinco anos e resultou em pouca terra... (Sra. Dovina)

...Naquele tempo dava muita formiga a noite quando dava temporal, e as formigas andavam pelas paredes do barraco se escondendo da chuva, uma noite caindo um temporal, e se sentia o vento porque os barracos tinham cada brecha na parede que dava pra ver tudo o que tinha do lado de dentro e de fora, ninguém tinha móvel, não se tinha nada... (Sra. Eva)

Com o passar do tempo e com a obtenção de recursos financeiros resultantes das primeiras colheitas, os migrantes vão substituindo sua moradia por uma casa, na maioria das vezes de madeira serrada, com piso de madeira ou cimento e cobertura de telha de barro.

Com o trabalho de campo conversando com as pessoas observamos o sentimento de vitória, por terem construído suas vidas e em Rondônia.

... Quando cheguei aqui trabalhava na roça, plantando, derrubando cheguei a pagar até pra derrubar por que meu marido faleceu antes de fazer a derrubada. Meu marido morreu de tiro de carabina caçando... Vir pra cá era muito difícil, pois era tudo picada, e nós tínhamos que sair pela manhã bem cedo, pra carregar os burros... eram seis animais, mas a tropa chegou atrasada porque tinha viajado no dia anterior e quando saímos já eram quase onze horas... Até chegarmos aqui já era de madrugada e a carga foi caindo pelo caminho, quando chegou lá na linha 35 precisamos descarregar o resto que não dava mais pra andar, pois escureceu de uma vez e nós montamos no burro e viemos embora tivesse um sacaria que eu pensei que era uns panos pra nós nos cobrirmos, acabou caindo dentro de um córrego e molhou tudo e então vimos não era só os panos eram um saco de trigo, uns travesseiros e um relógio enrolado no pano, molhou o trigo, molhou o relógio, molhou tudo, as coisas dentro da água e o burro não agüentava de canseira não e ficava no meio das picadas de pau e de coisas, porque não era uma picada limpa se fosse era fácil de andar, mas naquela pauleira pra andar quem agüentava? Mas disso tudo o que mais eu senti falta foi da estrada, naqueles barraquinhos ruins que a gente morava quando dava uma chuva de vento já atravessava pro outro lado e pra gente sair era aquela dificuldade tremenda... (Sra. Dolvina).

A fala da Sra. Dolvina é fortemente caracterizada por arrependimento de ter saído de “sua terra”. Ao falar de sua vida em Rondônia fala a respeito da construção da picada, do barraco, quer dizer, ela como tantos outros tiveram que começar do

“zero” sua vida em Rondônia é a luta de boa parte de sua vida construindo um lugar para viver: rezar, dançar, trabalhar e morar.

NOTAS

-
- ⁱ Discente do curso de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.
ⁱⁱ Docente do Departamento de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
ⁱⁱⁱ (INCRA, 1974).
^{iv} Comissão Executiva do plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC.
^v Assistência Técnica de Rondônia – ASTER.
^{vi} Companhia Brasileira de Desenvolvimento da Amazônia. CIBRAZEM.
^{vii} Superintendência da Borracha – SUDHEVEA.
Mapa copiado de um relatório do INCRA 1974.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: UNICAMP, 1998.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: editora da fundação Getulio Vargas, 1996.
- AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo, 2004.
- _____. **Latifúndio do INCRA**. Porto velho: EDUFRO, 2007.
- BACHELARD, Gaston. **A Intuição do Instante**. São Paulo: Verus, 2007.
- _____. **Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes,
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. **S/Z**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. **O Prazer do Texto**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BECKER, Bertha K. (Org); **Fronteira Amazônica Questões Sobre a Gestão do Território**. Brasília: UFRJ, 1990.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: Ensaio sobre a Relação do Corpo com o Espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **A Terra e seus Homens: Agricultura e Vida Rural nos Séculos XVII e XVIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

BOFF, Leonardo. **Os Sacramentos de Vida e a Vida dos Sacramentos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929/1989**. São Paulo: editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAFIERO, Carlo. **Capital uma Leitura Popular**.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; e PÉREZ, Hector. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

_____. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasilense.

_____. **Camponês, Campesinato: Questões Acadêmicas, Questões Políticas**. In: **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

CARR, Edward Hallert. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CASEY, James. **A História da Família**. Sp: Ática, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. (Org); Vânia Regina Vieira de Carvalho. **Agricultura Familiar em Transformação: No Nordeste Paraense: O caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

_____. **Formação Agropecuária da Amazônia: Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

CUNHA, Eliaquim T. da. . **História Oral de Vida com as Famílias do PIC Ouro Preto - RO**. 2009. Relatório de pesquisa, PIBIC /UNIR.

_____. **Cotidiano Familiar no Processo de Colonização em Rondônia: PIC Ouro Preto**. Primeira Versão (UFRO), v. 27, p. 7-17, 2010.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, (Vol: 1- 2) 2005.

DOSSE, François. **A História em Migalha**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DURKHEIM, Èmile. **A Divisão do Trabalho Social**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Bertrand Brasil, 1991.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa. Ed. Presença, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **O Que é um Autor?** Vega: 1992.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. **O Nome e Como: Troca Desigual e Mercado Historiográfico**. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p, 169-178.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.
- J.P. Netto; M.C. Brant Carvalho. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1985. (Vol: I-II).
- _____. **A Origem do Capital**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como Fazer Como Pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a Cultura Popular Revisada**. São Paulo: Contexto, 1994.
- MOSER, Lílian Maria. **Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção dos Produtores de Ouro Preto D'oeste – RO**. Tese de doutorado NAEA. UFPA/ 2006.
- MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**. São Paulo: Vér Wtice, 1988.
- NETTO Miranda, Antonio Garcia de. (Org). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADO, Danda. **O que é Família**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

Documento

INCRA. **A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia**. Coordenador: Reinaldo Gavião Modesto. INCRA/RO, 1981.